



**ACÓRDÃO Nº2111/2022– TCE–TRIBUNAL PLENO**

- 1- **Processo TCE - AM nº12220/2021.**
- 2- **Assunto:** Prestação de Contas Anual.
- 3- **Órgão:** Instituto de Previdência e Assistência Social dos Servidores Públicos do Município de Tabatinga – IPRETAB.
- 4- **Exercício:** 2020.
- 5- **Responsável:** Altenor Lopes Magalhães (Ordenador de Despesa).
- 6- **Advogado:** Não possui.
- 7- **Unidade Técnica:** Dicerp.
- 8- **Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas:** Parecer nº 6896/2022-DIMP, Dr. Carlos Alberto Souza de Almeida, Procurador de Contas.
- 9- **Relator:** Conselheiro Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior.

**EMENTA:** Prestação de Contas Anual. Instituto de Previdência e Assistência Social dos Servidores Públicos do Município de Tabatinga - IPRETAB. Exercício de 2020.

*Regularidade com ressalvas. Multa. Determinação. Ciência.*

**10- ACÓRDÃO:**

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída pelos arts. 5º, II e 11, inciso III, alínea “a”, item 3, da Resolução n. 04/2002-TCE/AM, **à unanimidade**, nos termos do voto do Excelentíssimo Senhor Conselheiro-Relator, **em parcial consonância** com pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de:

- 10.1. **Julgar regular com ressalvas** as contas do Sr. **Altenor Lopes Magalhães**, gestor do Instituto de Previdência e Assistência social de Tabatinga – IPETRAB, exercício de 2020, conforme Fundamentação do Voto;
- 10.2. **Aplicar Multa** ao Sr. **Altenor Lopes Magalhães** no valor de **R\$3.000,00 (três mil reais)**, que deverá ser recolhida no **prazo de 30 dias**, na esfera Estadual para o órgão Fundo de Apoio ao Exercício do Controle Externo - FAECE, através de DAR avulso extraído do sítio eletrônico da SEFAZ/AM, sob o código “5508 – Multas aplicadas pelo TCE/AM – Fundo de Apoio ao Exercício do Controle Externo – FAECE”, em razão da restrição não sanada elencada no item 58 da fundamentação, nos termos do art. 54, VII, da Lei nº 2423/96, c/c art. 308, VII, da Resolução nº 4/02 – TCE/AM.  
Dentro do prazo anteriormente conferido, é obrigatório o encaminhamento do comprovante de pagamento (autenticado pelo



**ACÓRDÃO Nº2111/2022– TCE–TRIBUNAL PLENO**

Banco) a esta Corte de Contas (art. 72, inciso III, alínea "a", da Lei Orgânica do TCE/AM), condição imprescindível para emissão do Termo de Quitação. O não adimplemento dessa obrigação pecuniária no prazo legal importará na continuidade da cobrança administrativa ou judicial do título executivo (art. 73 da Lei Orgânica do TCE/AM), ficando o DERED autorizado, caso expirado o referido prazo, a adotar as medidas previstas nas subseções III e IV da Seção III, do Capítulo X, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, bem como proceder, conforme estabelecido no Acordo de Cooperação firmado com o Instituto de Estudos de Protesto de Títulos do Brasil - Seção Amazonas - IEPTB/AM, ao encaminhamento do título executivo para protesto em nome do responsável;

**10.3. Determinar** ao Instituto de Previdência e Assistência Social de Tabatinga – IPETRAB que, no prazo de **90 dias**, disponibilize as informações públicas em portal da transparência, dando cumprimento integral à Lei nº 12.527/2011, sob pena das sanções cabíveis;

**10.4. Dar ciência** ao interessado, **Sr. Altenor Lopes Magalhães**, acerca do Voto e do decisório superveniente;

**11- Ata:** 44ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.

**12- Data da Sessão:** 6 de dezembro de 2022.

**13- Especificação do quorum:** Conselheiros: Érico Xavier Desterro e Silva (Presidente – não votou), Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior, Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos, Josué Cláudio de Souza Neto e Mário José de Moraes Costa Filho (Convocado).

**14- Representante do Ministério Público de Contas:** Dra.Elissandra Monteiro Freire Alvares, Procuradora-Geral, em substituição.

**ÉRICO XAVIER DESTERRO E SILVA**  
Conselheiro-Presidente

**ARI JORGE MOUTINHO DA COSTA JÚNIOR**  
Conselheiro Relator

**ELISSANDRA MONTEIRO FREIRE ALVARES**  
Procuradora-Geral, em substituição